

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Cláudio Fernando Daudt, Mário Manoel das Dores Roque, Orsival Francisco, Carlos Alberto Silveira Calvo, Arivaldo Barbosa José, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Luiz Antônio Fayet, José Silvio Gori, Jorge Tacla Filho, José Carlos Gomes de Carvalho, Airton Galinari, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Luiz Antônio de Mattos e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Antônio Vieira da Silva Hadano, Delegado da Polícia Federal. **Abertura da Reunião:** O Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. **Justificativa de Ausência:** Dos Conselheiros: Hélio José da Silva, Zulfiro Antônio Bósio, Ogarito Borgias Linhares, Carlos Gilberto Guadahain Matozo, Carlos Alberto Frisoli e o convidado Weitor Wallace de Mello e Silva. **Aprovação da Ata:** Por unanimidade a Ata 113ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. **Informe:** Número de Operadores Portuários Qualificados, posição de 22 de julho de 2003, são de 54 operando no porto. O Sr. Presidente informou que encaminhou ofício circular n.º 26/03-CAP, aos Conselheiros contendo a pauta e o expediente, para que os mesmos tomassem ciência do teor dos documentos tramitados durante o mês de julho, no CAP. **Relatório Gerencial da APPA:** Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, contendo a movimentação de cargas no período de junho/2003: Movimentação de Carga Geral - Exportação (383.776 toneladas), Importação (142.756 toneladas); Granéis Sólidos -Exportação (1.817.131 toneladas), Importação (611.300 toneladas); Granéis Líquidos - Exportação (245.576 toneladas), Importação (61.132 toneladas); Contêineres - Exportação (11.116 TEU), Importação (13.668 TEU); Veículos Exportados (3.746 unidades), Veículos Importados (145 unidades); Movimento de Navios no Porto: 214 atracações. **Relatório Gerencial do Porto de Antonina:** distribuído cópias aos presentes. Com a palavra o Conselheiro Juarez que destacou os aspectos específicos, tais como: que houve um crescimento até junho/2003 em 33% a mais do que o período do ano passado, e que deverá chegar a 50% no exercício, também dizendo que os granéis sólidos iniciaram em 15 de junho. Há projeção prevista em ultrapassar um milhão de toneladas. Na questão da receita e despesa, Antonina tem um desempenho no resultado de 40% de superávit, na relação de um pelo outro. Com relação a **Inframar e Funmar**, o Porto tem arrecadado, nos últimos anos, um valor de 3 milhões e 300 mil reais em valores nominais. No Funmar 858 mil. A questão da dragagem de Antonina continua em aberto aguardando a consolidação da decisão do processo com a Bandeirantes. Dizendo que o canal de 10 metros foi reduzido para 9.30m no mês passado, em função de batimetrias levantadas pela Bandeirantes e pela própria Empresa de Batimetria dos Práticos. Esse dado representa um alto risco de Antonina perder já nos próximos dias a operação de siderúrgicos porque os navios que entram e saem de lá calam mais que isso. A Guerdal que ora opera, bem como os siderúrgicos produzido em Araucária poderão sair do Estado do Paraná a qualquer momento. É um risco, e que se deve ficar atento, pois a dificuldade em manter a Guerdal em Antonina é grande em função do redutor de profundidade. Na questão do cronograma de eventos e ações que impactam aquele porto destaca-se a questão da ferrovia que sofreu um atraso por embargos sofrido pela Família Matarazzo, mas já superado pois a Família Matarazzo oficializou, registrando em cartório sua concordância na restauração do trecho até o Porto. Outro fato de relevância, é um documento contendo manifestação das Federações, da Agricultura, do Comércio, das Indústrias do Estado do Paraná, da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária do Paraná, Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas, Presidente da Associação Comercial do Paraná e Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, frutos de debates e reuniões colocando o trecho rodoviário BR-277 até Antonina como a primeira prioridade rodoviária, fato este da maior relevância para o Estado, como também da comunidade portuária de Antonina. O Conselheiro Carvalho, destacou que o documento assinado pelas

Federações foi assunto levantado por todos, principalmente pelo Conselheiro Fayet e entregue pessoalmente ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes Keiji Kanashiro, e cópia entregue ao Dr. Waldir Pugliese, Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, quando discutido com os três Secretários de Transportes do Sul (Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul). Continuando com sua explanação o Conselheiro Juarez concluiu que o projeto do terminal líquido está pronto, com previsão para ser cumprido até 30 de julho. A licença ambiental e licitação serão a próxima etapa, colocando-se um prazo até 30 de outubro. No item Receita Cambial, destaca que Antonina em 2002, representou 3% das exportações do Paraná e 5.5% das exportações de Paranaguá, lembrando que está apenas no terceiro ano de operação e que a tendência em contribuir decisivamente nesses itens é significativa. Na sequência o Conselheiro Sílvio Gori argumentou que houve uma reunião durante a semana para tratar sobre a dragagem, quando o Comandante da Capitania dos Portos disse que somente uma pessoa compareceu na reunião. A Conselheira Maria do Socorro, tomou a palavra para esclarecer que a reunião não poderia ser viabilizada uma vez que o Bloco dos Trabalhadores não esteve presente e que não havia ninguém do Porto. O Dr. Mendes falou que a Comissão de Dragagem deveria retomar o assunto, consultar o Conselheiro Ogarito, tentar saber o que realmente está acontecendo e que o Comandante Osmar deve ser convidado para a reunião, porque está inteirado do assunto, e é autoridade marítima, com conhecimento das dificuldades encontradas. Ficando prejudicada a Ata da Comissão, uma vez que ela se reuniu sem a presença de representantes da APPA. O Conselheiro Gori, informou que esteve presente na reunião por ser suplente do relator, e que se fizeram presentes da APPA: a Engenheira Manuela e o Sr. Daniel, do Setor Financeiro, o Sr. Adriano Vidal, do Bloco dos Usuários, e que realmente o Bloco dos Trabalhadores não compareceu. A Conselheira Maria do Socorro disse que as reuniões das Comissões deveriam ser mais robustecidas, com o comparecimento dos quatro Blocos. O Comandante usou da palavra para dizer que a Comissão de Dragagem foi refeita e que ele foi excluído, que quando necessita saber sobre a dragagem ouve a Companhia Bandeirantes e tenta ouvir o Porto. Acredita que o assunto é de responsabilidade da APPA, ouvida a autoridade marítima. Na sequência o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Carvalho que falou sobre quem fiscaliza, quem determina, é a Marinha e que o Comandante representa a marinha. Antigamente havia falta de recursos, hoje os exportadores destinam verbas para a manutenção dos berços. O Comandante Osmar disse que o Porto está usando a Praticagem para fazer a batimetria que era de responsabilidade da Marinha. A lei mudou a responsabilidade é da autoridade portuária, ouvida a autoridade marítima. O importante não é reduzir o calado, porque o último Capitão dos Portos que reduziu o calado, teve decepção: o Juiz alimentou uma indústria jurídica, e os navios continuaram saindo. A Capitania trabalha dentro da segurança. O Conselheiro Carvalho disse que o problema da segurança é fundamental, mas tão importante quanto a segurança, é o marketing do Porto. A hora em que os armadores souberem que o Porto está encontrando dificuldade tomarão outro rumo. O Conselheiro Fayet, solicitou a palavra para informar que na ata da reunião passada está muito claro que se está atento para a responsabilidade de eventuais prejuízos, principalmente quanto a perda de cargas. E que se realmente acontecerem essas perdas, proporá ao Bloco dos Usuários que tome as medidas administrativas cabíveis, esperando que não haja necessidade e que o bom senso prevaleça. Que se acelerem as providências, na questão da dragagem, até porque não se trata de um problema de falta de dinheiro. O Sr. Presidente falou da necessidade de uma reunião extraordinária. Caso a questão não fosse esclarecida, então que juntos, Superintendência e CAP tomassem uma decisão. Enfim, romper o contrato. Contrata novamente ou contrato de emergência. Na sequência, informou que houve uma reunião na Superintendência onde foi convidado o Comandante da Capitania dos Portos, porém o Comandante não compareceu, enviando um representante. Também esteve presente o Conselheiro Adriano Vidal, como representante dos práticos. Disse que nessa reunião muito foi dito e houveram alguns compromissos por parte da Bandeirantes de Dragagem, em dragar o canal, restabelecer o calado de 14,50 e da parte da APPA, de pagar duas parcelas do compromisso do contrato de manutenção. Continuando com a palavra o Sr. Presidente questionou se a Comissão de Dragagem se reuniu mesmo com falta de seus Conselheiros e solicitou ao Relator que informasse o ocorrido

na reunião. Foi quando o Conselheiro Silvio Gori disse que a Comissão de Dragagem, como a FUNPORT e FUNSILO, estão sendo prejudicadas em suas reuniões, em função da falta de tempo de seus membros. Quanto a presença do Comandante na Comissão, é muito importante. Ele deve fazer parte da Comissão tendo em vista a importância da Capitania dos Portos em acompanhar a dragagem. Que as Comissões deveriam se reunir no início do mês, logo após a reunião ordinária. O Sr. Presidente interpelou dizendo que essa reunião se faz urgente. O Conselheiro Carvalho solicitou para fazer um registro, dizendo que precisa ficar claro na reunião que o Conselho não tem nada a haver com a Bandeirantes, o problema da Bandeirantes é absolutamente legítimo e que a Administração do Porto discuta, pois quem faz a administração do dinheiro colocado pelos usuários é a APPA. Então é legítimo que a APPA faça as reuniões necessárias para um bom desempenho do contrato. O Brasil fechou o ano com um superávit na balança na casa dos 10 bilhões e 400 milhões de dólares. Desse superávit o Paraná contribuiu em segundo lugar, só perdeu para Minas Gerais. Por onde é que saíram as riquezas? 70%, 80% dessas riquezas saíram daqui por Paranaguá. Este é o tamanho do problema que se está discutindo. O Presidente, passou a palavra ao Conselheiro Gori que informou ter uma ata com informações do Conselheiro Adriano Vidal, da Engenheira Manuela, porém o Sr. Presidente não acatou tendo em vista que a Comissão ao se reunir, não atingiu o quorum suficiente. O Conselheiro Fayet deu uma sugestão, solicitando ao Presidente uma convocação urgente da Comissão de Dragagem para se obter um relatório definitivo, e também um programa de dragagem de emergência, porque não se pode aceitar que o dinheiro fique rolando em caixa. Tem-se recursos financeiros, não sabendo qual o procedimento administrativo, porque não é de responsabilidade do usuário. Pedindo ao Presidente empenho para uma solução do plano de emergência. Na sequência foi passada a palavra ao Conselheiro Mário Lobo Filho, representante da Administração Portuária, que relatando sobre os fundos que são administrados pela DIRAFI, mesmo não sendo membro da Comissão, se inteira dos assuntos nela tratados, tendo em vista que quem comparece as Reuniões das Comissões é o Sr. Daniel da Divisão Financeira. O que transpareceu foi a questão da dragagem quando temia-se também pela questão do Canal da Galheta. Então o resultado da reunião da Comissão, onde esteve presente o Sr. Adriano Vidal, até por ser prático e acompanha sempre a questão do canal onde a praticagem faz seus serviços de batimetria foi de contentamento, mesmo porque disse o comandante que a manutenção da Galheta foi resolvido. Por isso é que foi bem recebida pela DIRAFI o resultado da reunião até porque o Dr. Adriano a Eng^a Manuela, disseram que a batimetria da galheta registrou uma melhoria nos últimos meses. O Conselheiro Fayet solicitou que gostaria que a pauta da reunião da Comissão fosse explícita e incluísse a questão de Antonina e dos berços. O Presidente falou que a galheta já está em andamento e há um compromisso firmado em reunião que em 90 dias o calado deveria chegar em 14,50m e a APPA faria o respectivo pagamento das parcelas em atraso. O Conselheiro Gori, referindo-se a fala do Dr. Mário disse que recebeu na reunião passada boas notícias de que até meados de agosto estaria atingindo 15 metros da Galheta. **Relatório das Comissões: Comissão Tarifária e Orçamentária:** O Conselheiro José Roberto Almeida Corrêa, reportou-se sobre a Ordem de Serviço, 226 que homologava as tarifas do TCP, dizendo que a Ata foi encaminhada à Superintendência do Porto, e a Procuradoria Jurídica, no dia 30.06.03, para passar subsídios para a realização de nova reunião e até o momento não houve retorno do Porto. Portanto não houve reunião. O Presidente informou que iria reiterar ofício à Superintendência para viabilizar o Parecer Jurídico quanto ao solicitado pela Comissão. Passou então, a palavra ao Relator da **Comissão de Atração de Cargas e Fomento e Ação Industrial e Comercial do Porto:** O Conselheiro Calvo, informou que a Comissão não se reuniu. Foi levantado com os despachantes, quais as dificuldades dos exportadores no Porto de Paranaguá em relação aos portos concorrentes. O Conselheiro Fayet informou que no dia 25 de julho esteve em audiência com o Ministro da Agricultura, e este solicitou todos os problemas que estão ocorrendo nos portos brasileiros dependente dos Agentes do Ministério da Agricultura para que ele pudesse tomar as providências pontuais. O Conselheiro Calvo solicitou a palavra para complementar o assunto sobre a Amarração, dizendo que o Porto tinha uma equipe de amarradores, através de uma Cooperativa que comandava os serviços e esses eram realizados a

contento. Devida as alterações internas e o cancelamento do contrato com a Cooperativa, não há mais pessoal suficiente para a realização desses serviços. O Porto tentou reparar, após reivindicações e reclamações, dobrou esse número de funcionários, mas ainda é insuficiente. O que se pede é que o Porto agilize na reposição de pessoal, na amarração. O Presidente, sugeriu que a Comissão procure o representante técnico da APPA, para solucionar o problema. O Diretor Administrativo, Mário Lobo Filho, informou que a APPA, tinha realmente, um contrato com a Cooperativa e esse contrato venceu. Não permitindo uma nova renovação, e que o Diretor Técnico estava tomando as devidas providências para a solução do problema. O Conselheiro Orsival informou que realmente a responsabilidade é da APPA, com relação a amarração, porém foram alocados mais servidores para àquele setor e que já melhorou, porém ainda não está solucionado. O Conselheiro Fayet, indagou ao Sr Orsival se os serviços de amarração poderiam ser contratados por empresas livremente, ou só a APPA pode contratar. O Conselheiro Orsival entende que a atividade está no contexto da infra-estrutura do porto. Por isso o porto é responsável. A Conselheira Maria do Socorro disse que os serviços de amarração é função primordial do Porto e que a Lei 8630, prevê que a responsabilidade é da Autoridade Portuária. O Presidente disse que a Comissão correspondente é responsável pela informação do porquê da demora dos 60 (sessenta) dias. Se for um problema legal, ver da performance para que o CAP possa estar devidamente informado. Passou, então a palavra ao Relator da **Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário**: O Conselheiro Arivaldo informou que devido a algumas reuniões sindicais, não houve tempo para reunir a Comissão, mesmo porque o Conselheiro Wilson passou a relatoria da Comissão, com a anuência do Bloco dos Trabalhadores para sua pessoa. O Presidente disse que essa Comissão terá uma tarefa árdua, porque ela existe formalmente e há dois meses está tentando agilizar, pois há uma questão orçamentária. Que no mês de agosto a Comissão se reúna quantas vezes se façam necessárias para a realização de treinamentos para os portuários. A Conselheira Maria do Socorro, solicitou a substituição do Conselheiro José Maria Gonçalves, do Bloco dos Trabalhadores pelo Conselheiro Carlos Gilberto Guadain Matoso, em todas as Comissões que constarem o nome do Conselheiro José Maria. **Comissão de Acompanhamento Dragagem, Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura Portuária - FUNMAR**: passou então a palavra ao Conselheiro Gori, suplente do Relator que informou que o assunto já foi discutido anteriormente, esperando para a próxima reunião da Comissão. Passou então a relatar sobre a **Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos e de Manutenção - FUNPORT e FUNSILO**: dizendo que a Comissão se reuniu contando com a presença do Conselheiro José Roberto como membro, Juarez Moraes. Foram convidados a Rocha Top e o Presidente do Sindapar, o Sr. Victor de Magalhães, porém este não pode comparecer. Esteve ausente o Bloco dos Trabalhadores. A Conselheira Maria do Socorro interrompeu o Relator para explicar que a reunião aconteceu justamente quando houve uma reunião de emergência da Intersindical. Falou ainda que deveria haver um ajuste nas reuniões para que todos os Membros pudessem comparecer. O Conselheiro Gori falou que muitas vezes é difícil coordenar tendo em vista que todos têm problemas. Sugeriu que as convocações fossem antecipadas para o pessoal agendar. Procedeu então a leitura da Ata da reunião, informando inicialmente que o Sr. Luiz Antônio de Mattos, Conselheiro e Delegado do CNNT-Centro Nacional de Navegação Transatlântico, usou da palavra para questionar da proibição por parte da APPA da utilização dos bow e stern thrusters nas proximidades do cais e que acarreta a contratação de mais rebocadores nas manobras de atracação com o consequente aumento de custos e solicitou a Comissão verificar se na época da aprovação do aumento das tarifas, foi discutidos na Comissão Paritária, os investimentos nos cais para assegurar a utilização desses equipamentos, sendo verificado, e que contemplava apenas a manutenção do embrechamento do cais público. Os Engºs da APPA, Antônio Tramujas e Maria Manuela informaram que para a utilização do bow e stern thrusters serão necessários investimentos de grande porte, obras de proteção de cortina de vedação e contenção de aterro. A Comissão decidiu opinar pelo encaminhamento do assunto a Diretoria Técnica da APPA, para pronunciamento da questão. Entendeu, também, a Comissão que esse é um assunto bastante técnico, do uso do bow e stern thrusters, sobre o tipo de construção do cais. O CAP recebeu

correspondência do Syndarma, que trata sobre os serviços portuários, e que deverá ser respondido pela Diretoria Técnica da APPA. O saldo do FUNPORT tem um superávit de R\$ 7.333.491,39 e do FUNSILO um superávit de R\$ 6.373.503,12. Na sequência Eng. Admilson apresentou o cronograma físico, com cópia distribuídas aos presentes, contendo a situação e andamento das obras e serviços, bem como estabelecendo as prioridades dos itens e previsões para realização. A Comissão reiterou a recomendação de que essas obras sejam retomadas, sejam licitadas, sejam feitas, pois existe recurso, e isso é importante para o bom andamento das operações portuárias. Praticamente de quatro obras somente uma está em execução. Tem previsão de licitação para o final de agosto e as demais sem previsão. Reitera o pedido ao CAP, junto a Diretoria Técnica e a Administração do Porto, para agilizar a execução das obras. O Presidente, informou que a APPA, está com programa amplo de obras, passando a palavra aos Srs. Mário Marcondes Lobo Filho e Orsival Francisco Diretores da APPA, então o Dr. Mário explicou que a Diretoria da APPA, participará de uma reunião juntamente com secretariado do estado onde apresentarão o programa de obras, dentro de algumas inovações, a opção da Administração dos Portos, foi no primeiro momento, segurar o caixa, administrar bem esses recursos, reservados mais nas aplicações financeiras, deixando pouco nas aplicações de curto prazo poder capitalizar e hoje têm recursos para fazer frente ao programa de obra. Foi essa opção acertada e hoje há um planejamento onde se sabe onde aplicar. O Conselheiro Galinari, falou que deve ser dada prioridade as obras que melhorem a operação portuária. Já que existe a disponibilidade da verba e que deveria ser dado um tratamento normal, entendendo que o projeto que será apresentado é de cunho global, estratégico, sendo que as obras portuárias são de âmbito operacional. Que não gostaria de contestar a contribuição, gostaria sim que esse dinheiro seja aplicado para melhoria dos serviços. O Dr. Mário Lobo respondendo aos Conselheiros disse que com relação aos Fundos, uma parcela da tarifa portuária é destinada para compor os Fundos. Não sendo uma sobretaxa. Não existindo, por parte da Administração do Porto, o desejo de não investir esses Fundos nos setores onde eles realmente têm de ser aplicados. O Conselheiro Gori destacou que a preocupação em separar os Fundos eram as reclamações trabalhistas que tomavam o dinheiro do Porto. O Diretor do Porto de Antonina Juarez, falou que participou de duas reuniões como titular da Comissão na primeira reunião foram encontrados 24 itens colocados no orçamento do ano passado para este, com recurso de caixa disponibilizado e foi solicitada na primeira dessas reuniões que a APPA apresentasse a consolidação nessas obras retificando, priorizando estabelecendo ações de execução. Na última reunião foi recebido relatório e entregue a todos dizendo seguinte que essas 24 obras estão listadas estão ratificadas pela APPA, elas serão executadas de imediato, guardado os prazos de licitação, com priorização que está colocado no relatório, bem como o cronograma e os valores. Que fique claro ao CAP de forma concreta e absoluta que está na pauta como aspecto do valor quanto da priorização quanto no cronograma é o que vai ser cumprido a partir de agora com atraso em função de todos os fatores que já entendemos. O Presidente indagou se a explanação feita pelo Diretor Juarez responderia a todos os questionamentos quando o Conselheiro Orsival informou que no levantamento realizado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, dia-a-dia, após a implantação dos turnos, se verificou no Corredor de Exportação, mesmo considerando horários, problemas de chuvas como também troca de turnos, se manteve a mesma quantidade diária de carregamento. Não houve diminuição na produtividade. O Presidente informou que o Conselheiro Bósio ficou responsável pela apresentação sobre as Ações Propositivas, que ficará para a próxima reunião. Passando, então para **Assuntos Gerais**: O Sr. Presidente informou da presença do Delegado da Polícia Federal Dr. Hadano, que usando da palavra agradeceu o convite e falou da importância do Conselho de Autoridade Portuária e da integração a que ele se propõe junto a Comunidade Portuária e que devido a hora avançada não quis entrar em assuntos técnicos como a segurança portuária. A Conselheira Maria do Socorro solicitou a palavra lamentando que foi usada uma correspondência, assinada pela Conselheira, sem sua autorização e publicada em jornal local, que não deu entrevista, e não concedeu a correspondência, lamenta muito a situação em estamos vivendo, numa rede de intrigas, porque sempre no Conselho há 10 anos que atua, sempre pautou pela dignidade, pelo comportamento ético e que está se

sentindo traída em sua intimidade e as coisas que trata no Porto sendo violadas. O Conselheiro José Roberto, disse que, através da Associação Comercial, foi feita uma carta endereçada ao Sr. Superintendente e ao Diretor Técnico do Porto e esta carta estranhamente, foi publicada no mesmo jornal. Causando estranheza, um assunto de ordem particular, sobre a troca de turno dos funcionários da APPA, ter sido publicada, uma vez que não partiu da ACIAP. Maria do Socorro falou que baseada em informações da Associação Comercial, fez uma comunicação Interna ao Superintendente do Porto dizendo que se está perdendo de 18 a 24 mil toneladas dias, era simplesmente uma contribuição para que se fizesse uma análise sobre as perdas de receitas. O Presidente falou que uma vez que esse assunto foi parar na imprensa, então, que seja remetida a Comissão correspondente para ser analisado. O Conselheiro Fayet falou sobre a reunião da Comissão Tripartite da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, na qual faz parte. Essa Comissão conta com grupo de trabalho representados pelo poder Público, dos Trabalhadores e dos Empresários. Teve como finalidade examinar propostas encaminhadas por empresários e trabalhadores por ocasião da audiência pública realizada no dia 17.06.03, relativo a 10 anos da Lei 8630/93, e apresentar sugestões voltadas para implantação da referida lei em todos os portos nacionais. Solicitou colaboração por parte dos Conselheiros nessa tarefa. Falou sobre o PROHAG, que recebeu uma minuta de como funcionará e irá repassar aos conselheiros a interlocução. A idéia fundamental do trabalho, embora o PROHAG seja autônomo deverá ser criada uma ligação com essa entidade. Falou sobre a reformulação geral dos OGMOs no âmbito nacional. Está passando ao Presidente todo material trazido de Brasília e fazendo um registro que no dia 09 de julho o Ministério dos Transportes, promoveu no Paraná, uma audiência pública sobre transportes da Região Sul. Foi feita uma apresentação justificativa em nome da Federação da Agricultura e da OCEPAR que entende-se que o futuro das cargas no sistema portuário e quais seriam as prioridades. Esse material já foi enviado via meio eletrônico. Solicita, porém colaboração por parte dos Conselheiros para que as reivindicações feitas, sejam alcançadas. O Conselheiro Gori, parabenizou o Conselheiro Fayet pelo trabalho que vem realizando dentro da Comissão dos Portos, colando-se a disposição para ajudá-lo. O Comandante da Capitania dos Portos fez um convite aos presentes para visita aos navios da Marinha que estariam em nosso Porto. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião para o dia 29 de agosto de 2003 e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.